

Quem controla o passado? IA generativa e as disputas pela memória coletiva na era digital*



Elisa Maria Curci Grec Huertas**
Carla Montuori Fernandes***

Recibido: 2025-11-20 • Enviado a pares: 2026-01-12
Aprobado por pares: 2026-03-16 • Aceptado: 2026-04-14
<https://doi.org/10.22395/angr.v25n49a11>

Resumo

O presente estudo analisa como a datificação, a plataformização e a inteligência artificial generativa impactam a construção da memória coletiva na cultura digital contemporânea. A pesquisa justifica-se pela crescente influência de infraestruturas algorítmicas que, ao mediar interações sociais, comunicacionais e subjetivas, deixam de ser meras ferramentas para se tornarem dispositivos simbólicos que modulam ativamente o que a sociedade escolhe lembrar, esquecer ou transformar em verdade histórica. A metodologia empregada é de natureza qualitativa, exploratória e interpretativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica abrangente e na análise de relatórios técnicos e institucionais publicados entre 2024 e 2025. O trabalho articula aportes teóricos clássicos da memória social com conceitos contemporâneos dos estudos de plataformas e da inteligência artificial generativa. O principal achado revela que a inteligência artificial generativa passou por uma inflexão decisiva, migrando de usos técnicos para campos subjetivos e existenciais, como terapia, organização da vida e orientação de propósito. Esse fenômeno estabelece um novo regime de memória sintética, no qual o passado é reconstruído por correlações estatísticas, fragmentando a memória comum em narrativas personalizadas, opacas e dissociadas da vivência real. Conclui-se que a memória coletiva tornou-se uma arena de disputas mediada por algoritmos que favorecem o revisionismo histórico digital e o engajamento afetivo. Diante da normalização de conteúdos sintéticos, o estudo aponta a necessidade urgente de regular as plataformas, promover a literacia algorítmica e fortalecer as instituições tradicionais

* Parte superior do formulário

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa Observatório de Desinformação e Intolerância em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP), Brasil, desde 2025, com financiamento do CNPq. Parte inferior do formulário

** Professora no Centro Universitário Senac, Brasil. Doutoranda em Comunicação. Mestre em Comunicação de Interesse Público. <https://orcid.org/0000-0003-0990-4922>. E-mail: elisagrec@gmail.com

*** Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, Brasil. Pós-doutorado em Comunicação Política e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Comunicação Política. Mestre em Comunicação. <https://orcid.org/0000-0002-7625-8070>. E-mail: carla.montuori@docente.unip.br

de memória, como universidades e museus, visando garantir a integridade do registro histórico e a autonomia crítica dos cidadãos.

Palavras-chave: algoritmo; comunicação; cultura; estratégias de busca; história; inteligência artificial; memória coletiva; plataformas digitais.

Who Controls the Past? Generative AI and Disputes over Collective Memory in the Digital Age

Abstract

This study analyzes how datafication, platformization, and generative artificial intelligence impact the construction of collective memory in contemporary digital culture. This research is justified by the growing influence of algorithmic infrastructures that, by mediating social, communicational, and subjective interactions, cease to be mere tools and become symbolic devices that actively modulate what society chooses to remember, forget, or transform into historical truth. This study employed a qualitative exploratory and interpretive methodology, based on a broad literature review and the analysis of technical and institutional reports published from 2024 to 2025. This work articulates classic theoretical contributions on social memory with contemporary concepts from platform studies and generative artificial intelligence. The main finding has revealed that generative artificial intelligence has undergone a decisive shift, migrating from technical uses to subjective and existential domains, such as therapy, life organization, and purpose-oriented thinking. This phenomenon establishes a new regime of synthetic memory, in which the past is reconstructed through statistical correlations, fragmenting collective memory into opaque personalized narratives detached from real experience. The study concludes that collective memory has become an arena of disputes mediated by algorithms that favor digital historical revisionism and affective engagement. Given the normalization of synthetic content, the study highlights the urgent need to regulate platforms, promote algorithmic literacy, and strengthen traditional memory institutions, such as universities and museums, to guarantee historical record integrity and citizens' critical autonomy.

Keywords: algorithm; communication; culture; search strategies; history; artificial intelligence; collective memory; digital platforms.

¿Quién controla el pasado? IA generativa y las disputas por la memoria colectiva en la era digital

Resumen

El presente estudio analiza cómo la datificación, la plataformización y la inteligencia artificial generativa impactan la construcción de la memoria colectiva en la cultura digital contemporánea. La investigación se justifica por la creciente influencia de infraestructuras algorítmicas que, al mediar interacciones sociales, comunicacionales y subjetivas, dejan de ser meras herramientas para convertirse en dispositivos simbólicos que modulan activamente aquello que la sociedad elige recordar, olvidar o transformar en verdad histórica. La metodología empleada es de naturaleza cualitativa, exploratoria e interpretativa, fundamentada en una amplia revisión bibliográfica y en el análisis de informes técnicos e institucionales publicados entre 2024 y 2025. El trabajo articula aportes teóricos clásicos sobre la memoria social con conceptos contemporáneos de los estudios de plataformas y de la inteligencia artificial generativa. El principal hallazgo revela que la inteligencia artificial generativa ha experimentado una inflexión decisiva, migrando de usos técnicos hacia ámbitos subjetivos y existenciales, como la terapia, la organización de la vida y la orientación del propósito. Este fenómeno establece un nuevo régimen de memoria sintética, en el cual el pasado es reconstruido mediante correlaciones estadísticas, fragmentando la memoria común en narrativas personalizadas, opacas y desvinculadas de la experiencia real. Se concluye que la memoria colectiva se ha convertido en un escenario de disputas mediado por algoritmos que favorecen el revisionismo histórico digital y el compromiso afectivo. Ante la normalización de los contenidos sintéticos, el estudio señala la necesidad urgente de regular las plataformas, promover la alfabetización algorítmica y fortalecer las instituciones tradicionales de la memoria, como las universidades y los museos, con el fin de garantizar la integridad del registro histórico y la autonomía crítica de la ciudadanía.

Palabras clave: algoritmo; comunicación; cultura; estrategias de búsqueda; historia; inteligencia artificial; memoria colectiva; plataformas digitales.

Introdução

Nas últimas duas décadas, a expansão das plataformas digitais, a intensificação dos processos de datificação e a consolidação de sistemas algorítmicos de recomendação alteraram profundamente as condições de produção, circulação e arquivamento da informação. A cultura digital contemporânea passou a operar em um regime em que práticas cotidianas, interações comunicacionais e comportamentos culturais são continuamente convertidos em dados, processados por infraestruturas opacas e mobilizados segundo lógicas de predição, monetização e engajamento. Nesse contexto, a memória coletiva – historicamente mediada por instituições como a imprensa, a escola e a universidade – é cada vez mais atravessada por infraestruturas privatizadas que filtram, hierarquizam e recombinaem registros do passado.

A datificação, entendida como o processo de transformação de ações humanas em dados quantificáveis, institui um novo regime sociotécnico em que confiar nos dados parece mais seguro do que confiar nas pessoas, deslocando a mediação cultural de instituições tradicionais para plataformas digitais que coletam, armazenam, cruzam e interpretam grandes volumes de informação (Van Dijck, 2017). Articulada à plataformização – entendida como a incorporação de lógicas, arquiteturas e protocolos de plataformas em múltiplos domínios da vida social (Poell, Nieborg e Van Dijck, 2020) – essa dinâmica faz das plataformas não apenas ambientes de circulação de conteúdos, mas também infraestruturas que definem o que aparece, o que desaparece e em que condições os discursos se tornam visíveis ou permanecem à margem.

Longe de serem apenas instrumentos neutros de classificação, os algoritmos ocupam papel central e operam como arquiteturas de relevância (Gillespie, 2018), responsáveis por selecionar o que merece circular, priorizar determinados conteúdos, ocultar outros e interpelar usuários a partir de perfis preditivos e métricas de engajamento. A literatura crítica sobre cultura digital mostra que tais processos estão imbricados em um modelo econômico que captura excedentes comportamentais e os converte em mercadoria, consolidando aquilo que Zuboff (2018) denomina "capitalismo de vigilância", em que a assimetria de poder entre empresas de tecnologia e usuários se aprofunda, enquanto a experiência cotidiana passa a ser orientada por mecanismos de predição e modulação.

A disputa pela visibilidade, legitimidade e permanência dos conteúdos em circulação torna-se uma disputa pela memória. A circulação de informações nas redes sociais digitais é atravessada por dinâmicas de viralização, engajamento afetivo e polarização, em que conteúdos emocionalmente intensos tendem a ser privilegiados (Recuero, 2009). Ao mesmo tempo, a personalização algorítmica produz bolhas informacionais e "bolhas de filtro" que condicionam o acesso à informação, reforçando vieses de confirmação e restringindo o horizonte de interpretações possíveis (Pariser,

2012). Tais dinâmicas têm efeitos diretos na forma como grupos sociais lembram, esquecem e reinterpretam o passado, pois a memória coletiva passa a ser filtrada por sistemas que operam segundo critérios estatísticos, econômicos e afetivos.

Anterior ao surgimento da inteligência artificial (IA) generativa, o conceito de busca perfeita e o surgimento do *Search 2.0* representaram uma evolução dos motores de busca, que passaram a se tornar ferramentas oniscientes, capazes de não apenas indexar a web, mas também de compreender profundamente as intenções e o contexto dos usuários (Zimmer, 2008). No entanto, esses sistemas passaram a permitir que empresas como Google e Yahoo! monitorassem e agregassem fluxos de informações pessoais e atividades intelectuais em escala sem precedentes, em uma integração que eliminou a privacidade por obscuridade, transformando a navegação cotidiana em um sistema de vigilância de dados centralizado. Já naquele momento se alertava para as consequências como os riscos severos à liberdade individual, decorrentes do uso dessas informações para controle social, classificação econômica e disciplina governamental, além de se defender que a sociedade deveria renegociar esse contrato fáustico por meio de regulações mais rígidas e de designs tecnológicos que priorizassem o controle do usuário sobre seus próprios dados (Zimmer, 2008).

Nos últimos anos, o quadro foi radicalmente reconfigurado pela emergência e popularização da inteligência artificial (IA) generativa, especialmente após a consolidação de modelos de linguagem baseados em *deep learning*. Arquiteturas como os transformers (Vaswani *et al.*, 2017) permitiram a modelagem de contextos linguísticos em grande escala, viabilizando sistemas capazes de produzir textos, imagens, sons e outros conteúdos de maneira automatizada, a partir da identificação de padrões em vastos conjuntos de dados. Tais modelos não compreendem semanticamente o mundo, mas operam sobre correlações estatísticas entre formas linguísticas e visuais, produzindo respostas plausíveis porque aprendem regularidades nos dados, e não porque possuem entendimento (Bender e Koller, 2020; Bender *et al.*, 2021).

A IA generativa não se restringe ao plano técnico. Ao ser integrada a plataformas amplamente utilizadas – como motores de busca, redes sociais, aplicativos de produtividade, sistemas de atendimento, ferramentas educacionais e ambientes conversacionais – passa a reorganizar práticas sociais, cognitivas e afetivas. Modelos de linguagem e sistemas generativos tornam-se coprodutores de conteúdos jornalísticos, materiais educativos, peças publicitárias, registros institucionais e narrativas pessoais. A estética algorítmica, baseada na recombinação probabilística de estilos e padrões, interfere diretamente nos modos de criação, circulação e legitimação de saberes (Manovich, 2018).

O ano de 2025 marca uma inflexão significativa nesse processo, com a expansão massiva do uso de IA generativa em contextos subjetivos, afetivos e existenciais. Relatórios recentes indicam que as principais aplicações passaram de funções predominantemente técnicas, como programação, edição de conteúdo e suporte operacional, para usos centrados em terapia e companhia, organização da vida, estudo, desenvolvimento pessoal e orientação de propósito (Zao-Sanders, 2025). A IA passa a ser consultada para interpretar experiências traumáticas, orientar decisões de vida, elaborar narrativas autobiográficas e mediar dilemas morais.

Essa mudança reposiciona a IA generativa como infraestrutura simbólica da vida social: modelos conversacionais passam a ocupar funções antes associadas a vínculos afetivos, instâncias de cuidado, espaços educativos e referências culturais compartilhadas. As consequências para a memória coletiva são profundas, sobretudo quando sujeitos utilizam sistemas generativos para reescrever episódios do passado, interpretar acontecimentos históricos, construir relatos pessoais ou emitir juízos sobre controvérsias políticas. Os algoritmos participam ativamente da produção de versões do passado, selecionando elementos, reorganizando causalidades, suavizando conflitos ou, ao contrário, intensificando afetos polarizadores.

O cenário torna-se complexo diante da proliferação da desinformação e do fortalecimento de projetos revisionistas que disputam a interpretação da história em ambientes digitais. Pesquisas sobre o revisionismo histórico mediado por plataformas (Picoli, Chitolina e Guimarães, 2020; Bazilio, 2024) mostram como narrativas que se apresentam como “verdades ocultas” ou “histórias proibidas” se beneficiam da lógica algorítmica de amplificação de conteúdos afetivamente intensos, organizando campanhas de reinterpretação do passado que dialogam com ressentimentos, nostalgias nacionalistas e discursos anti-intelectualistas. A partir de estratégias discursivas que simulam neutralidade e rigor científico, essas produções se posicionam como alternativas à historiografia profissional, mesmo quando se sustentam em seleções enviesadas de fatos, simplificações extremas e teorias conspiratórias.

A introdução da IA generativa em distintos momentos acirra as disputas pela memória coletiva. A capacidade de produzir textos, imagens, áudios e vídeos verossímeis, mas potencialmente falsos, amplia tanto o alcance quanto a sofisticação de narrativas revisionistas, tornando mais difícil distinguir entre registros documentais e conteúdos sintéticos. Ao mesmo tempo, a personalização algorítmica adapta essas narrativas aos perfis e às predisposições de cada usuário, intensificando polarizações e consolidando “passados alternativos” que passam a coexistir – e competir – no espaço público.

Nesse sentido, o artigo busca contribuir para o debate sobre as relações entre tecnologia, memória e poder na cultura digital, evidenciando que, em 2025, a construção

da memória coletiva não pode ser compreendida sem considerar as infraestruturas algorítmicas que modulam aquilo que as sociedades escolhem – ou são levadas – a lembrar, esquecer e transformar em verdade histórica.

O objetivo é analisar como os processos de datificação, os sistemas algorítmicos das plataformas digitais e os usos contemporâneos da inteligência artificial generativa influenciam a construção da memória coletiva na cultura digital. Pretende-se compreender de que maneira modelos de recomendação, lógicas de visibilidade, fluxos automatizados de informação e práticas sociais mediadas por IA interferem na produção, circulação e fixação de narrativas públicas. Para tanto, busca-se examinar os fundamentos conceituais da datificação, plataformização e estrutura algorítmica que sustentam a mediação informacional nas plataformas digitais, bem como mapear as características técnicas e operacionais da inteligência artificial generativa, com ênfase em modelos de *machine learning* e *deep learning* utilizados na criação, recombinação e distribuição de conteúdos.

Além disso, propõe-se identificar os principais usos sociais da IA generativa entre 2025 e 2026 e avaliar como tais práticas impactam a memória coletiva, especialmente no cenário de desinformação, personalização automatizada e circulação rápida de conteúdos, bem como analisar criticamente os mecanismos pelos quais esses sistemas reorganizam a construção do passado, influenciam as percepções de verdade e moldam disputas simbólicas no ambiente digital contemporâneo.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, fundamentada em revisão bibliográfica. O estudo parte da compreensão de que os processos contemporâneos de construção da memória coletiva são fortemente influenciados por infraestruturas digitais, sistemas algorítmicos e aplicações de inteligência artificial generativa, exigindo uma abordagem capaz de articular contribuições teóricas, evidências documentais e fenômenos sociotécnicos emergentes.

Em um primeiro momento, realizou-se uma revisão bibliográfica da produção científica relacionada aos conceitos de memória coletiva, datificação, plataformização, algoritmos, inteligência artificial generativa, desinformação e revisionismo histórico digital. Foram priorizados artigos científicos indexados em bases como *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO*, bem como livros e obras de referência amplamente reconhecidos nos campos da Comunicação, Estudos de Plataforma, Cultura Digital e Estudos da Memória.

Em seguida, foi feita uma análise dos materiais produzidos e disponibilizados publicamente por instituições acadêmicas, empresas de tecnologia e organizações de pesquisa, incluindo relatórios técnicos, documentos de transparência algorítmica,

políticas institucionais relacionadas à inteligência artificial, artigos de divulgação científica e relatórios especializados sobre usos sociais da IA generativa publicados entre 2024 e 2025. Entre os documentos analisados, destacam-se os relatórios sobre usos contemporâneos da IA generativa publicados pela *Harvard Business Review* (Zao-Sanders, 2025), além de documentos técnicos e pesquisas recentes sobre funcionamento, limitações e impactos socioculturais dos modelos generativos.

A discussão dos resultados fundamentou-se na articulação entre os estudos da memória coletiva, especialmente as contribuições de Halbwachs (2003), Pollak (1992) e Ricoeur (2007), e os aportes teóricos sobre datificação, plataformização, algoritmos e inteligência artificial desenvolvidos por autores como Van Dijck (2017), Gillespie (2018), Zuboff (2018), Poell, Nieborg e Van Dijck (2020). Essa articulação permitiu compreender como os sistemas algorítmicos e a inteligência artificial generativa atuam como mediadores da memória social, influenciando processos de lembrança, esquecimento e reconstrução do passado na cultura digital contemporânea.

Resultados

As contribuições de Halbwachs (2003) e Pollak (1992) permitem compreender a memória como um fenômeno simultaneamente social, interpretativo e narrativo. As lembranças não emergem de forma isolada, mas são construídas em interação com grupos, identidades e narrativas que atribuem sentido às experiências individuais e coletivas. Contudo, se, para Halbwachs as lembranças são organizadas a partir dos chamados "quadros sociais da memória", fornecidos por instituições e coletividades como a família, a escola, a religião e os grupos profissionais, na contemporaneidade torna-se necessário considerar o papel crescente das infraestruturas digitais no processo.

É justamente nesse ponto que a contribuição de Paul Ricoeur (2007) amplia o debate ao propor uma mediação entre memória individual e memória coletiva por meio da narrativa. Dialogando com Halbwachs (2003), o autor observa que as recordações individuais se fortalecem por meio das narrativas compartilhadas pelos grupos e das comemorações que atualizam determinados acontecimentos do passado. No entanto, sua reflexão desloca a discussão para o papel da linguagem, entendida como principal veículo da memória. Segundo Ricoeur (2007), antes mesmo de narrarmos nossa própria história, ouvimos histórias que circulam nos grupos sociais aos quais pertencemos, incorporando memórias que são, desde a origem, de natureza social e política. Nesse sentido, a articulação entre memória individual e coletiva ocorre por meio de uma identidade narrativa, construída ao longo do tempo e da ação.

Ocorre que, no cenário contemporâneo, o processo de atribuição de sentido e a própria identidade narrativa passam a ser mediados por novos regimes técnicos. Essa

reconfiguração encontra sua base material e conceitual no fato de que a datificação consolidou-se como um dos processos estruturantes da vida social conectada, convertendo práticas cotidianas, interações comunicacionais e comportamentos culturais em fluxos contínuos de dados mensuráveis. A lógica da datificação opera como um regime que transforma ações humanas em informações processáveis, instaurando uma condição sociotécnica na qual confiar nos dados passa a parecer mais seguro do que confiar nas pessoas (Van Dijck, 2017), redefinindo a natureza da mediação cultural e deslocando a centralidade das instituições tradicionais para infraestruturas digitais que coletam, armazenam, cruzam e interpretam grandes volumes de dados com finalidades preditivas e econômicas.

Ainda quando se estudavam os resultados dos mecanismos de busca tradicionais, Van Couvering (2007) já constatou que os desenvolvedores de mecanismos de busca definiam a qualidade de seus sistemas por meio de três esquemas discursivos principais: o mercadológico, o científico-tecnológico e o de guerra, priorizando a satisfação do cliente e a relevância técnica em detrimento de valores jornalísticos tradicionais, como a imparcialidade e a representatividade. A autora também demonstrou que essas percepções moldam a alocação de recursos e legitimam práticas de controle de conteúdo, como o uso de listas negras, e que a predominância de lógicas de lucro e eficiência já dificultava a implementação de padrões voltados ao bem público e à transparência informacional.

Além disso, os motores de busca contemporâneos operam sob uma lógica profundamente influenciada pela ideologia capitalista, na qual a busca por informação é convertida em práticas de consumo. A partir da perspectiva da construção social da tecnologia, argumenta-se que os algoritmos não constituem ferramentas neutras, mas são moldados por interesses econômicos, valores sociais e relações de poder. Engenheiros, provedores de conteúdo e usuários participam conjuntamente da estabilização do modelo, favorecendo a visibilidade comercial e aceitando a troca de dados pessoais por conveniência, dando origem ao chamado "capitalismo de conexão", caracterizado pela monetização da vigilância e da atividade dos usuários nas plataformas digitais (Mager, 2012).

Em paralelo ao processo de mensuração de dados, a engenharia que, de fato, organiza, distribui e padroniza as narrativas descritas por Ricoeur é a plataformação – entendida como a incorporação de lógicas, arquiteturas e protocolos próprios das plataformas digitais em diferentes esferas sociais, transformando modos de produção, circulação e consumo de conteúdos (Poell, Nieborg e Van Dijck, 2020) que emerge como o modelo dominante de organização das dinâmicas informacionais. As plataformas não são apenas ambientes; funcionam como infraestruturas que conectam atores diversos e moldam padrões de visibilidade, engajamento e monetização, legitimando-

se como intermediárias neutras, ao mesmo tempo em que operam como agentes que modulam ativamente o que pode ou não ser visto, instaurando uma política de relevância profundamente imbricada nos algoritmos que as sustentam (Gillespie, 2018).

Os algoritmos tornam-se dispositivos centrais na orientação das práticas comunicacionais. As plataformas utilizam cálculos complexos para determinar o que merece circular, o que deve ser priorizado e o que deve permanecer invisível (Gillespie, 2018). Tais mecanismos de mediação algorítmica não apenas classificam conteúdos, mas também interpelam os usuários e os conduzem a comportamentos específicos. Além disso, o perfilamento algorítmico cria expectativas performativas: perfis preditivos funcionam como modelos normativos de comportamento futuro, retroalimentando padrões supostamente desejáveis (Castro, 2019).

A literatura crítica sobre cultura digital mostra que esse processo não é neutro. O modelo econômico das grandes plataformas sustenta-se em uma dinâmica que captura excedentes comportamentais e os transforma em produtos comercializáveis, consolidando o que Zuboff (2018) denomina "capitalismo de vigilância" que reforça assimetrias de poder entre empresas e usuários, ao mesmo tempo em que estabelece mecanismos de predição e modulação que orientam experiências e interações. Ao promover soluções tecnológicas como resposta universal a problemas sociais, as plataformas ampliam sua autoridade, reconfigurando debates públicos e reduzindo complexidades sociais a métricas e índices (Morozov, 2018).

No âmbito comunicacional, a circulação de conteúdos nas redes depende tanto das decisões dos usuários quanto das estruturas algorítmicamente mediadas que moldam esses fluxos (Jenkins, 2018). As redes sociais digitais constituem ecossistemas informacionais nos quais disputas simbólicas, viralizações e engajamento afetivo são potencializados por mecanismos que favorecem conteúdos emocionalmente intensos (Recuero, 2009). A personalização algorítmica produz "bolhas de filtro" que condicionam o acesso à informação, limitando perspectivas e reforçando vieses (Pariser, 2012).

A datificação e a plataformização não apenas organizam fluxos, mas tornam-se parte constitutiva da experiência social contemporânea, influenciando práticas culturais e o modo como indivíduos se relacionam com o passado e com o presente. As plataformas, ao combinarem vigilância, classificação e recomendação, tornam-se agentes centrais na disputa sobre o que deve ser lembrado, esquecido ou amplificado (Beiguelman, 2021).

Compreender datificação, plataformização e algoritmos implica reconhecer que a produção de informações, a mediação cultural e a circulação de sentidos estão cada vez mais subordinadas a sistemas proprietários opacos que operam como infraestruturas capazes de processar dados, modular valores, comportamentos e memórias,

redefinindo continuamente as condições sob as quais narrativas coletivas são construídas na era digital.

Atualmente, a inteligência artificial generativa representa um desdobramento particularmente significativo dessas transformações, tendo em vista que se consolidou como uma das principais forças de reorganização dos processos informacionais contemporâneos, especialmente após a consolidação dos modelos de linguagem baseados em *deep learning*. Seu funcionamento deriva de arquiteturas matemáticas capazes de identificar padrões complexos em grandes bases de dados, recombina informações e produzir conteúdos linguisticamente plausíveis. O marco técnico desses sistemas é o modelo transformer, descrito por Vaswani *et al.* (2017), cujo princípio de atenção autorregressiva permitiu ampliar drasticamente a escalabilidade e a capacidade de modelagem de contextos linguísticos. Trata-se de uma arquitetura que substituiu mecanismos anteriores por um sistema de *self-attention*, possibilitando o processamento paralelo de grandes sequências de dados e inaugurando uma nova etapa no desenvolvimento de modelos generativos.

O avanço do *deep learning*, no entanto, não equivale à compreensão semântica. Modelos de linguagem operam sobre correlações estatísticas entre formas linguísticas, sem acesso ao mundo ou ao significado, e produzem respostas coerentes porque identificam regularidades nos dados, e não porque compreendem o conteúdo. Esse limite estrutural revela como modelos generativos são “máquinas de manipular forma”, cuja competência linguística não implica entendimento (Bender e Koller, 2020). A ampliação indiscriminada desses sistemas gera riscos associados à escala: grandes modelos podem reproduzir vieses, reforçar desigualdades, poluir ecossistemas informacionais e criar uma falsa aura de autoridade, tornando-se aquilo que Bender *et al.* (2021) denominam “papagaios estocásticos”

Além dos limites semânticos e riscos sociotécnicos, a IA generativa deve ser compreendida dentro de um regime epistemológico específico. A estética da IA emerge da recombinação probabilística de estilos e padrões, instaurando um modo de criação baseado em síntese, variabilidade e simulação. A produção generativa não é apenas técnica, mas também cultural: modelos de IA transformam processos criativos ao operar como sistemas que reorganizam formas visuais, textuais e sonoras segundo lógicas algorítmicas, introduzindo novas estéticas e modos de percepção (Manovich, 2018).

O processo de geração autônoma tornou-se ainda mais sofisticado com o desenvolvimento de técnicas de *alignment* e treinamento com feedback humano, em que a combinação entre aprendizado supervisionado e *reinforcement learning from human feedback* (RLHF) permite ajustar modelos para seguir instruções com maior precisão, aproximando suas respostas das expectativas humanas. A camada de treinamento, porém,

não elimina os limites estruturais destacados pela literatura: os modelos continuam dependentes dos dados, dos vieses presentes no corpus e da lógica estatística que governa suas inferências (Ouyang *et al.*, 2022).

Brennan e Clark (1996) demonstram que a escolha das palavras não depende apenas da clareza ou simplicidade, mas também do histórico compartilhado entre os falantes. Uma vez estabelecido um nome específico para um item, os parceiros tendem a mantê-lo por meio da coordenação lexical, mesmo quando termos mais genéricos seriam suficientes. O estudo revela que tais acordos são provisórios e adaptáveis, evoluindo conforme a frequência de uso e a necessidade de eficiência comunicativa.

Inie, Zukerman e Bender (2026) ressaltam que a linguagem importa, e muito, quando se trata de IA e explicam que a atribuição de capacidades humanas a sistemas de automação probabilística (linguagem antropomorfizante) traz perigos significativos, pois influencia a percepção, a implantação e a confiança nessas tecnologias mesmo quando a propriedade humana é negada. Por exemplo, dizer que um sistema “falhou em entender um conceito” ainda pressupõe que se esperava que ele pudesse “entender”.

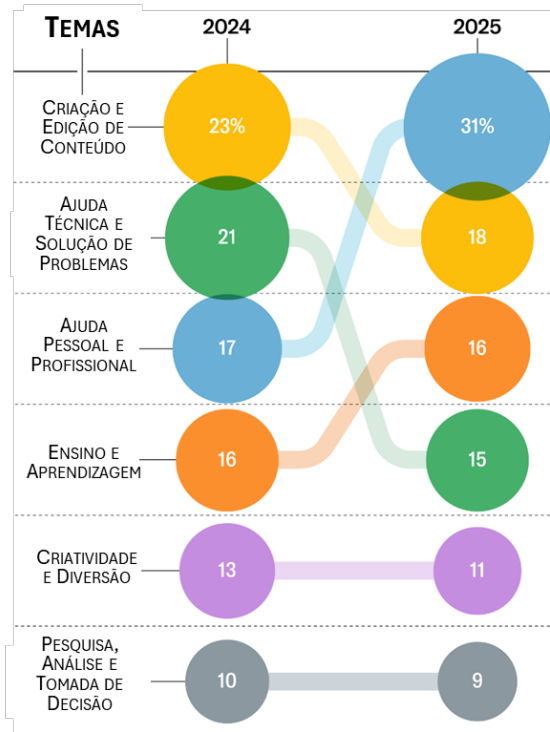
Os processos de geração de linguagem neural (NLG) são descritos como sistemas que transformam entradas de diversos tipos em sequências de texto, sendo frequentemente estruturados como problemas de texto-para-texto, em processos que abrangem uma ampla gama de tarefas, incluindo sumarização, geração de respostas, simplificação e a conversão de dados estruturados em texto, utilizando esquemas de linearização para converter tabelas ou registros em *strings* processáveis. Por serem tarefas complexas, em que a qualidade não pode ser medida por simples acurácia, a geração neural depende de métodos sofisticados de avaliação automática e humana para monitorar propriedades como a robustez e o risco de alucinações (geração de fatos não presentes na entrada) (Gehrmann, 2022).

Asmelash e Gebru (2025) também alertam para o fato de que modelos de linguagem atuais sofrem de alucinações graves, gerando informações falsas ou perigosas que invalidam sua aplicação em tarefas críticas nas áreas de segurança e saúde.

A articulação entre *machine learning*, *deep learning* e IA generativa, portanto, não corresponde apenas à evolução técnica dos sistemas de processamento de linguagem ou de imagem, mas constitui um conjunto de infraestruturas que reorganizam práticas sociais, geram conteúdos em larga escala e interferem diretamente nos regimes de visibilidade, circulação e validação do conhecimento. Ao produzir textos e imagens que simulam autoria, coerência e intencionalidade, os sistemas participam ativamente da reconfiguração do ecossistema informacional, influenciando modos de registro, interpretação e rememoração, aspectos centrais para a construção da memória coletiva na era digital.

Em artigo publicado na *Harvard Business Review*, Zao-Sanders (2025) apresenta dados sobre os usos contemporâneos da inteligência artificial generativa que constituem elemento central para compreender não apenas os modos por que esses sistemas são incorporados ao cotidiano, mas também como reconfiguram práticas cognitivas, afetivas e culturais, influenciando diretamente a construção da memória coletiva. Baseado em análises de interações espontâneas, narrativas de usuários e observações etnográficas em ambientes digitais, o autor indica uma inflexão decisiva: a IA deixou de ocupar predominantemente o campo instrumental e passou a integrar o domínio subjetivo, afetivo e existencial da vida social.

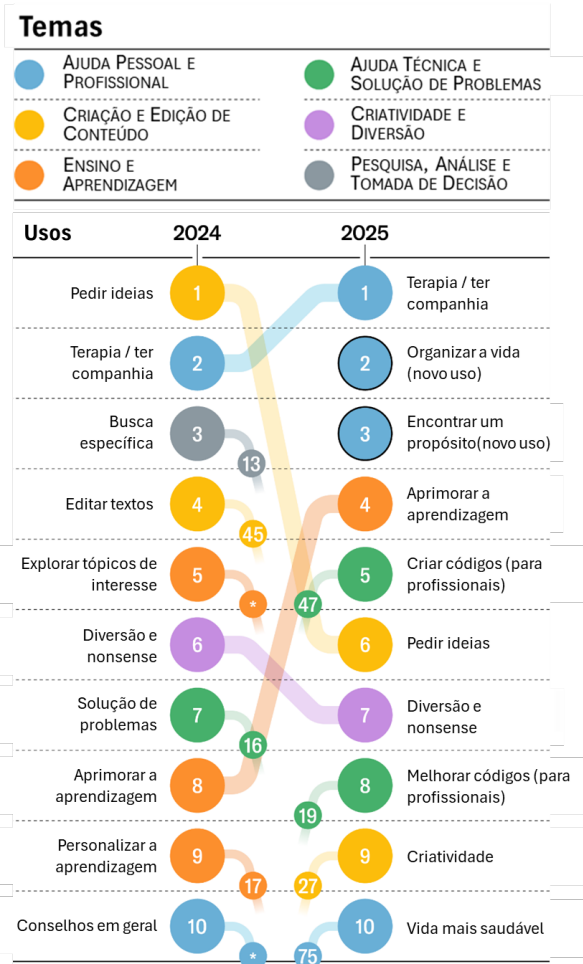
Figura 1: Principais temas de casos de uso de IA que emergiram - os casos de uso passaram de técnicos para emocionais no último ano.



Fonte: Zao-Sanders(2025)

Em apenas um ano, o uso da IA para criação e edição de conteúdos caiu do primeiro lugar com 23% para o segundo com 18%, enquanto o uso para ajuda pessoal e profissional subiu do terceiro lugar, com 17%, para o primeiro, com 31% das conversas. Além disso, a categoria ajuda técnica e solução de problemas, que ocupava o segundo lugar, com 21%, também caiu para o quarto lugar.

Figura 2. Os 10 principais casos de uso da IA generativa indicam uma mudança de aplicações técnicas para aplicações emocionais e, em particular, um crescimento em áreas como terapia, produtividade pessoal e desenvolvimento pessoal



Dentro da categoria ajuda pessoal e profissional, os principais usos são terapia/companhia, organizar a vida e encontrar um propósito, sendo que os dois últimos usos não apareciam no ano passado.

O principal caso de uso identificado – terapia e companhia – revela que a IA passou a atuar como recurso emocional global (Zao-Sanders, 2025). A combinação entre disponibilidade contínua, anonimato, responsividade e ausência de julgamento criou condições para que modelos generativos ocupem funções antes relacionadas a vínculos afetivos ou práticas terapêuticas.

Não é à toa que o ChatGPT, em 2025, passou a impedir que o sistema fornecesse respostas diretas para problemas pessoais, como término de relacionamentos¹. Segundo um estudo pré-publicado (preprint), citado em uma reportagem do *The Guardian*, modelos de IA podem amplificar conteúdos delirantes em pessoas vulneráveis à psicose. Segundo os autores, o design desses sistemas tende a reforçar o engajamento e o comportamento afirmativo, o que pode confundir a percepção de realidade².

Na lógica do modelo matemático da IA, essas conversas produzem efeitos diretos sobre a memória autobiográfica, pois experiências traumáticas são reinterpretadas por intermédio dos diálogos com a IA; questões pessoais são reorganizadas linguisticamente por modelos probabilísticos; e relatos do passado são reconstruídos a partir de sugestões, interpretações e recontextualizações algorítmicas. A IA torna-se, assim, uma coprodutora da memória íntima, influenciando não apenas narrativas individuais, mas também categorias culturais mais amplas relativas a sofrimento, cuidado, saúde mental e solidão – elementos centrais na formação da memória social.

O segundo principal uso observado – organização da vida – demonstra a crescente delegação cognitiva aos sistemas algorítmicos. Rotinas, decisões domésticas, tarefas administrativas, listas, agendamentos e planejamentos passam a ser estruturados por modelos que operam segundo princípios de eficiência, priorização e predição. O processo reforça a datificação dos hábitos, convertendo atividades cotidianas em sequências rastreáveis e otimizáveis. No plano da memória coletiva, a consequência é significativa: o que é registrado, lembrado ou priorizado está cada vez mais condicionado à lógica algorítmica, que define relevâncias, filtra possibilidades e reorganiza a experiência de acordo com critérios estatísticos.

Zao-Sanders (2025) mostra que a IA se tornou um instrumento central para o estudo, a compreensão de conhecimentos complexos e o desenvolvimento de carreiras. Usuários relatam maior facilidade para interpretar textos, simular cenários profissionais e adquirir competências.

Contudo, o relatório evidencia também receios relacionados à dependência cognitiva, à redução da autonomia intelectual e à fragilização da reflexão crítica, efeitos que dialogam com os limites epistêmicos discutidos por Bender e Koller (2020), que argumentam que modelos geram linguagem sem compreendê-la. A consequência, no plano da memória, é a vulnerabilidade crescente à incorporação acrítica de narrativas sintéticas – uma forma de lembrança construída sem lastro experiencial, resultante mais da probabilidade do que da experiência de vida.

1 <https://www.theguardian.com/technology/2025/aug/05/chatgpt-breakups-changes-open-ai>

2 https://osf.io/preprints/psyarxiv/cmy7n_v3

O terceiro principal uso destacado – encontrar um propósito – marca uma transição inédita. Diferentemente de mídias anteriores, que raramente atuavam como mediadoras existenciais diretas, a IA generativa passa a ser consultada para questões morais, éticas e identitárias. Usuários recorrem aos modelos para definir valores pessoais, interpretar dilemas éticos, organizar narrativas de vida, projetar futuros e construir sentido existencial, deslocando instituições históricas de formação simbólica – família, religião, escola – para modelos probabilísticos capazes de recombina dados culturais e produzem orientações personalizadas. O impacto sobre a memória coletiva é profundo, pois, ao influenciar a forma como as pessoas narram suas vidas, a IA também influencia a forma como as sociedades narram a si mesmas.

O uso cotidiano da IA generativa cria condições para a normalização do conteúdo sintético, dificultando a distinção entre o vivido e o fabricado; a fragilização da confiança epistêmica em fontes tradicionais; a ampliação da vulnerabilidade cognitiva diante de narrativas falsas ou enviesadas; e a produção algorítmica de versões alternativas do passado, que competem com registros históricos.

Tais fatores indicam que a IA generativa não atua apenas como ferramenta de apoio, mas também como infraestrutura simbólica que participa da modelagem do presente e da reconstrução contínua do passado. A memória coletiva torna-se uma arena permeada por probabilidades estatísticas, estéticas algorítmicas e dinâmicas afetivas mediadas por sistemas automatizados.

As discussões anteriores permitiram compreender, separadamente, os fundamentos técnicos da IA generativa e os principais usos sociais observados em 2025. Torna-se necessário, agora, analisar como essas dimensões se articulam para produzir efeitos sobre a memória coletiva.

Quando se articulam os usos sociais da IA generativa mapeados por Zao-Sanders (2025) – companhia emocional, organização cotidiana, aprendizagem, orientação existencial e participação nas disputas sociopolíticas – às bases técnicas e estruturais discutidas nos capítulos anteriores, verifica-se que a incorporação da IA à experiência subjetiva resulta diretamente da convergência entre *machine learning*, *deep learning*, algoritmos de recomendação e processos de plataformação, todos ancorados na lógica da datificação que rege a ecologia digital contemporânea. O processo produz um novo regime de memória, no qual os sistemas generativos deixam de ser ferramentas externas e passam a funcionar como coprodutores de narrativas, afetos e interpretações do passado.

A datificação, conforme discutido anteriormente, transforma práticas humanas em dados quantificáveis. Quando sistemas generativos começam a organizar rotinas, registrar preferências, reescrever memórias traumáticas ou aconselhar usuários em

momentos afetivos, o processo se aprofunda, de modo que lembrar passa a ser também um ato datificado, pois as memórias são reinterpretadas e retextualizadas por modelos cuja operação depende de correlações estatísticas (Bender e Koller, 2020), e não de entendimento semântico. Assim, as experiências pessoais tornam-se dados de entrada, as interpretações da IA tornam-se dados de saída e os dados, por sua vez, retroalimentam sistemas que treinam novos modelos.

A memória íntima e a memória coletiva passam a ser moldadas por fluxos de informação estruturalmente dependentes de práticas de extração, classificação e recombinação. Essa transformação sugere uma inflexão mais profunda do que a simples mediação algorítmica da memória. Se, para Halbwachs (2003), a memória coletiva dependia da existência de grupos capazes de compartilhar experiências, atualizar narrativas e sustentar quadros sociais de lembrança, a expansão da inteligência artificial generativa parece corroer as próprias condições que tornavam possível essa forma de memória. Diferentemente dos meios de comunicação anteriores, os sistemas generativos não apenas armazenam ou difundem recordações: eles extraem, recombina e reproduzem fragmentos de experiências individuais, produzindo versões personalizadas do passado adaptadas a cada usuário (Hoskins, 2026).

O surgimento de agentes conversacionais dotados de memória contextual, capazes de registrar interações anteriores, aprender preferências e manter relações continuadas com seus interlocutores, inaugura um novo regime de rememoração. A partir de 2022, a rápida disseminação de *chatbots*, companheiros virtuais e sistemas capazes de emular personalidades humanas, inclusive de pessoas falecidas, por meio dos chamados *deadbots* e gêmeos digitais, ampliou significativamente a capacidade de produção de memórias sintéticas, fazendo que o passado deixe de ser apenas recordado e para ser continuamente reconstruído por sistemas que entrelaçam dados humanos e processamento algorítmico (Hoskins, 2026).

O resultado não é o fortalecimento de uma memória comum, mas sua fragmentação. Em lugar de uma coletividade que lembra conjuntamente, emerge uma multiplicidade de narrativas personalizadas, ajustadas aos históricos, às preferências e às vulnerabilidades de cada indivíduo. A memória coletiva tende, assim, a converter-se em uma espécie de “tempestade de memórias individualizadas”, formada por recordações sintéticas que compartilham poucas referências comuns. A capacidade da IA de replicar identidades, reproduzir estilos de comunicação e gerar versões plausíveis de acontecimentos produz aquilo que pode ser compreendido como um passado sintético: uma reconstrução verossímil, porém artificial, de experiências que podem nunca ter ocorrido da forma como são narradas (Hoskins, 2026).

Esse processo também desloca a agência humana sobre a memória. À medida que algoritmos de funcionamento opaco passam a selecionar, reorganizar e apresentar versões do passado sem que sua procedência possa ser plenamente rastreada, consolida-se uma memória de caixa-preta. Nela, torna-se cada vez mais difícil distinguir entre lembrança, interpretação e fabricação algorítmica. A memória deixa de ser resultado de negociações sociais visíveis para tornar-se produto de sistemas proprietários que operam segundo lógicas de extração de dados, personalização e monetização, ampliando a dependência humana em relação a de infraestruturas técnicas para lembrar, esquecer e atribuir sentido à experiência (Hoskins, 2026).

Os algoritmos de filtragem, recomendação ou síntese tornam-se mediadores centrais daquilo de que indivíduos e coletividades lembram. Como observa Gillespie (2018), os algoritmos são "arquiteturas de relevância" e, no caso da IA generativa, essa arquitetura não apenas seleciona conteúdos, mas também os cria.

Quando usuários de 2025 recorrem à IA para reinterpretar eventos traumáticos, escrever relatos pessoais, obter explicações históricas, elaborar opiniões políticas ou criar versões do passado, os algoritmos atuam como filtros de memória, pois selecionam determinados elementos, descartam outros, reconstróem sequências de causa e efeito, simplificam complexidades e produzem coerência onde havia ambiguidade. Desse modo, os algoritmos tornam-se atores cognitivos na constituição da memória social.

A arquitetura transformer (Vaswani *et al.*, 2017) e os mecanismos de *reinforcement learning from human feedback* (Ouyang *et al.*, 2022) criam sistemas que produzem respostas plausíveis a partir da recombinação de padrões que não têm compromisso com a factualidade, mas com a probabilidade e a coerência linguística.

Essa dinâmica cria um novo regime epistemológico, em que "lembrar" deixa de ser recuperar o que ocorreu e passa a ser produzir uma versão verossímil do que poderia ter ocorrido. O novo regime de memória possui implicações diretas para a história, pois amplia as disputas em torno das narrativas sobre o passado e torna central o controle dos mecanismos que determinam quais versões históricas circulam e são legitimadas socialmente. A história sempre foi contada pelo lado vencedor e, no contexto contemporâneo, o acesso e o controle sobre os mecanismos de circulação das versões históricas tornam-se centrais para determinar quais narrativas serão legitimadas e preservadas na memória coletiva.

O revisionismo histórico digital tornou-se um dos fenômenos centrais no ecossistema informacional contemporâneo com a ascensão de plataformas como YouTube, Facebook e serviços de *streaming* alternativos, que operam segundo a lógica da plataformação e por meio de algoritmos, criando um ambiente fértil para a circulação

de narrativas que se apresentam como “verdades ocultas”, “história proibida” ou “versões silenciadas”. Esse tipo de conteúdo frequentemente se legitima por meio de estratégias discursivas que simulam rigor científico, neutralidade e acessibilidade democrática, como se verifica na análise de Picoli, Chitolina e Guimarães (2020) sobre as produções da empresa Brasil Paralelo.

As narrativas revisionistas operam não apenas como interpretações alternativas do passado, mas também como projetos políticos que disputam o sentido da história e moldam percepções públicas sobre democracia, autoritarismo, direitos humanos e instituições. Em ecossistemas digitais mediados por algoritmos, tais conteúdos ganham vantagem competitiva devido à sua natureza altamente afetiva, polarizadora e emocionalmente mobilizadora.

A estratégia revisionista contemporânea não busca dialogar com a historiografia, mas sim substituí-la por uma narrativa que se apresenta como supostamente “livre de ideologia”, apoiada em um moralismo nacionalista e anti-intelectualista que desqualifica o trabalho historiográfico profissional (Picoli, Chitolina e Guimarães, 2020). Essa retórica opera por inversão: o científico é rotulado como ideológico, o ideológico é apresentado como científico; a opinião é legitimada como equivalente a fato, e a crítica é interpretada como prova de perseguição.

Trata-se de um modo de operação discursiva que, ao reivindicar “neutralidade” e “liberdade de expressão”, promove, na verdade, um processo de barbarização, no sentido adornoiano: um rebaixamento da vida pública, da crítica e da racionalidade democrática. A barbárie torna-se, novamente, uma forma de governo, agora mediada por plataformas digitais (Picoli, Chitolina e Guimarães, 2020).

A circulação privilegiada de conteúdos revisionistas não ocorre de maneira aleatória. As plataformas operam segundo mecanismos de modulação algorítmica de afetos, que identificam emoções de alto engajamento – indignação, ressentimento, amargor e sensação de injustiça – e priorizam conteúdos capazes de intensificá-las (Bazilio, 2024).

Os algoritmos rastreiam emoções nos padrões de comportamento; classificam conteúdos que evocam reatividade afetiva; distribuem as mensagens para públicos segmentados; retroalimentam ciclos de ruminação, raiva e vitimização, e ampliam dinamicamente a atenção concedida a temas polêmicos (Bazilio, 2024).

Essa dinâmica aproxima-se diretamente das análises de Deleuze (*apud* Bazilio, 2024) sobre a sociedade de controle, em que o poder deixa de atuar por coerção e passa a operar por estímulos contínuos e personalizados, ajustados pela lógica da atenção e do engajamento.

No ambiente digital, o ressentimento se torna um afeto operacionalizado algorítmicamente, e conteúdos revisionistas prosperam porque são altamente polarizadores, gerando muitos comentários, debates e conflitos, o que prolonga o tempo de permanência nas plataformas (Bazilio, 2024; Picoli, Chitolina e Guimarães, 2020).

A priorização do revisionismo histórico deriva de quatro fatores estruturais:

- a) Engajamento emocional intenso: narrativas revisionistas evocam indignação, nostalgia, patriotismo inflado, medo de inimigos internos e sensação de injustiça – afetos que as plataformas identificam como altamente engajadores.
- b) Simplicidade explicativa: essas narrativas oferecem respostas rápidas para questões complexas, o que aumenta sua circulação na lógica de “soluções instantâneas” que as plataformas privilegiam.
- c) Estrutura conspiratória: a retórica de “descubra a verdade escondida” é compatível com as arquiteturas de recomendação, que se baseiam em dietas informacionais personalizadas e bolhas cognitivas.
- d) Reprodutibilidade e mimetização: conteúdos revisionistas são facilmente replicáveis, reeditáveis e adaptáveis a múltiplos formatos – vídeos curtos, memes, listas e trechos emocionais –, aumentando seu alcance.

Assim, a memória coletiva não se forma apenas por meio de instituições tradicionais (escolas, museus, academia), mas também pelas plataformas que distribuem conteúdos segundo lógicas de interesse comercial, reforçam padrões afetivos que favorecem a radicalização e filtram aquilo que aparece e aquilo que desaparece do horizonte público.

Com a disseminação da IA generativa em 2025, o revisionismo entra em uma nova etapa em que os modelos são capazes de sintetizar versões plausíveis, porém falsas, de eventos históricos; editar imagens e vídeos que simulam autenticidade; produzir textos persuasivos com tom pseudoacadêmico; e reforçar narrativas já existentes, adaptando-as ao perfil do usuário.

A combinação desses fatores cria um ambiente ideal para a multiplicação de “passados alternativos”, o que aprofunda o revisionismo e intensifica a disputa pela memória coletiva. A plataforma não apenas amplifica um afeto existente, mas também reorganiza a subjetividade, produzindo um “ciclo recursivo” entre indivíduo, algoritmo e discurso (Bazilio, 2024).

Discussão e considerações finais

Buscou-se, aqui, entender como a construção da memória coletiva na era digital não pode mais ser pensada à margem das infraestruturas algorítmicas que organizam a vida conectada. A datificação de práticas cotidianas, a plataformização como modelo dominante de mediação e a consolidação da IA generativa como tecnologia cultural evidenciam um deslocamento profundo: lembrar, esquecer e disputar o passado passam a ser, cada vez mais, processos mediados por sistemas proprietários que operam segundo lógicas de predição, engajamento e monetização. A memória deixa de ser apenas um campo de negociação simbólica entre sujeitos e instituições e passa a ser também um produto de arquiteturas de relevância inscritas em código.

A análise dos fundamentos da datificação, plataformização e algoritmos permitiu evidenciar que esses sistemas não apenas organizam fluxos informacionais, mas também modulam afetos, comportamentos e valores. Quando articulados à IA generativa, tais processos inauguram um novo regime de memória, em que modelos treinados sobre grandes bases de dados passam a produzir, recombinar e legitimar narrativas sobre o passado. A emergência de usos subjetivos e existenciais da IA – terapia, organização da vida, busca de propósito – indica que os sistemas se tornaram coprodutores de memórias íntimas, com efeitos diretos na memória social, na medida em que redefinem como sofrimento, cuidado, solidão, identidade e futuro são narrados.

Ao mesmo tempo, a expansão da IA generativa se dá em um ecossistema marcado pela desinformação e pelo fortalecimento de projetos revisionistas. A capacidade de gerar textos, imagens, áudios e vídeos verossímeis, somada à personalização algorítmica e à modulação de afetos como ressentimento e indignação, cria condições ideais para a multiplicação de “passados alternativos”. Desse modo, o revisionismo histórico digital deixa de ser apenas uma disputa interpretativa e passa a operar como projeto político que se beneficia da infraestrutura técnica das plataformas para rebaixar o debate público, atacar a historiografia profissional e normalizar narrativas autoritárias.

Compreender como datificação, algoritmos e IA generativa impactam a memória coletiva; mapear usos sociais da IA em 2025; e analisar os mecanismos de reorganização do passado permite afirmar que a memória coletiva está em constante disputa com sistemas algorítmicos que funcionam como agentes cognitivos e simbólicos. A delegação cognitiva à IA, a normalização de conteúdos sintéticos e a fragilização da confiança epistêmica em instituições tradicionais configuram um cenário em que “lembrar” se aproxima cada vez mais da produção de versões estatisticamente verossímeis do que da recuperação de experiências vividas.

Do ponto de vista normativo, os resultados sugerem pelo menos três implicações centrais. Primeiro, a urgência de políticas de transparência, regulação e responsabilização das plataformas que considerem não apenas aspectos econômicos, mas também os efeitos sobre a memória, a história e a democracia. Segundo, a necessidade de fortalecer práticas de literacia midiática, informacional e algorítmica que capacitem sujeitos a reconhecer dinâmicas de recomendação, revisionismo e desinformação, ampliando sua autonomia interpretativa frente às narrativas produzidas por IA. Terceiro, a importância de revalorizar instituições de memória – escolas, universidades, arquivos, museus, mídia profissional – como contrapesos públicos em um ambiente marcado pela privatização das infraestruturas de lembrança.

Por fim, este estudo é limitado pelo seu recorte qualitativo e pelo foco em produções e debates de 2025 e 2026, o que abre espaço para pesquisas futuras de caráter empírico, voltadas à análise de interações concretas entre usuários e sistemas generativos, bem como à investigação de estratégias de resistência, reapropriação e reinvenção da memória em contextos periféricos e subalternizados. Ainda assim, os elementos aqui discutidos indicam que pensar a memória coletiva na era digital implica reconhecer que as disputas pelo passado são, cada vez mais, disputas pela arquitetura técnica do presente.

Referências

- Asmelash T. H. & Timnit G. (2025). A Chatbot Dystopian Nightmare: The Trump administration sees an AI-driven federal workforce as more efficient. Instead, with chatbots unable to carry out critical tasks, it would be a diabolical mess. *Scientific American*, 333(1). doi:10.1038/scientificamerican072025-9jyg0OnaPC1IjdTGm8Zg8
- Bazilio, L. C. (2024) Os algoritmos do ressentimento: modulação de afetos na contemporaneidade. *Estudos de Psicanálise*, 61, 81–94. <https://doi.org/10.5935/2175-3482.n61a07>
- Beiguelman, G. (2021). *Políticas da imagem: vigilância e existência na dadosfera*. Ubu Editora.
- Bender, E.; Koller, A. (2020). Climbing towards NLU: On Meaning, Form, and Understanding in the Age of Data. *Proceedings of the 58th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*, 5185–5198. <https://aclanthology.org/2020.acl-main.463.pdf>
- Bender, E. et al. (2021). On the Dangers of Stochastic Parrots: Can Language Models Be Too Big? FAccT '21: *Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency*, 610–623. <https://s10251.pcdn.co/pdf/2021-bender-parrots.pdf>
- Brennan, S. E., & Clark, H. H. (1996). Pactos conceituais e escolha lexical na conversação. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 22(6), 1482–1493. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0278-7393.22.6.1482>
- Castro, J.C.L. (2019). Plataformas algorítmicas: interpelação, perfilamento e performatividade. *FAMECOS*, 26(3), 1-24. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33723>

- Gehrmann, S. *et al.* (2022). GEMv2: Multilingual NLG Benchmarking in a Single Line of Code. In Proceedings of the 2022 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing: System Demonstrations. Association for Computational Linguistics. 266–281 <https://aclanthology.org/2022.emnlp-demos.27.pdf>.
- Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1), 95-121. <https://bit.ly/4i69l0k>.
- Inie, N., Zukerman, P., & Bender, E. M. (2026). De-anthropomorphizing "AI": From wishful mnemonics to accurate nomenclature. *First Monday*, 31(2). <https://doi.org/10.5210/fm.v31i2.14366>.
- Halbwachs, M. (2003). *A memória coletiva*. Centauro.
- Hoskins, A. (2026). AI & collective memory. *Current Opinion in Psychology*, 67, 1-6. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2025.102156>.
- Jenkins, H. (2015). *Cultura da conexão*: criando valor e significado por meio da mídia propagável. Aleph.
- Mager, A. (2012). Algorithmic ideology: How capitalist society shapes search engines. *Information, Communication and Society*, 5, 769–787. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1926244
- Manovich, L. (2018). *AI Aesthetics*. [s.l.] Strelka Press. https://manovich.net/content/04-projects/181-ai-aesthetics/manovich.ai_aesthetics_2018.pdf e <https://drive.google.com/file/d/1nHEYlfjw0ypqhQ5vtwa5m6eWLaetRyeU/view?usp=sharing> (link alternativo)
- Morozov, E. (2018). *Big Tech*: a ascensão dos dados e a morte da política. Ubu.
- Ouyang, L. *et al.* (2022). Training language models to follow instructions with human feedback. OpenAI. <https://arxiv.org/pdf/2203.02155>
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível*: O que a internet está escondendo de você. Zahar.
- Picoli, B. A., Chitolina, V. & Guimarães, R. (2020). Revisionismo histórico e educação para a barbárie. *Revista UFG*, 20. <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.64896>
- Poell, T., Nieborg, D. & Van Dijck, J. (2020). Plataformização. *Fronteiras - estudos midiáticos*, 22(1), 2-10. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5(10), 200-212. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>.
- Recuero, R. (2009). *Redes sociais na Internet*. Sulina.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Unicamp.
- Van Couvering, E. (2007). Is relevance relevant? Market, science, and war: Discourses of search engine quality. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12, 866-887. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00354.x>.
- Van Dijck, J. (2017). Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *MATRIZES*, São Paulo, 11(1), 39-59. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i1p39-59>
- Vaswani, A. *et al.* (2017). Attention is all you need. *31st Conference on Neural Information Processing Systems*, Long Beach, CA, USA. <https://arxiv.org/pdf/1706.03762>

- Zao-Sanders, M. (2025). How People Are Really Using Gen AI in 2025. *Harvard Business Review*. <https://hbr.org/2025/04/how-people-are-really-using-gen-ai-in-2025>.
- Zimmer, M. (2008). The Externalities of Search 2.0: The Emerging Privacy Threats when the Drive for the Perfect Search Engine meets Web 2.0. *FirstMonday*, 13(3). <https://doi.org/10.5210/fm.v13i3.2136>.
- Zuboff, S. (2018). Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In. BRUNO, F. et. al. (Orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Boitempo.